



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639259 - SC (2021/0006032-1)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DANIEL DEGGAU BASTOS - SC030139  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : IAGO DA SILVA COUTO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IAGO DA SILVA COUTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0006643-95.2019.8.24.0023).

O paciente foi condenado às penas de 1 ano, 3 meses e 22 dias de reclusão em regime inicial fechado e de 5 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, II, do Código Penal.

A impetrante sustenta a ilegalidade da compensação parcial entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência específica, ao argumento de que ambas as circunstâncias legais são consideradas preponderantes.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impetrado em razão do excesso de pena verificado. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que determinada a compensação integral entre a confissão espontânea e a reincidência específica.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente